




**ENTREVISTA COM PEDRO AFONSO CRISTOVÃO DOS SANTOS:
CAMINHOS PARA O ESTUDO DA DISCIPLINARIZAÇÃO DA HISTÓRIA
NA AMÉRICA LATINA**

Apresentação: Pedro Afonso Cristovão dos Santos é professor de Teoria e Metodologia da História na Universidade Federal da Integração Latino-Americana, UNILA. Gradou-se em História pela USP com mestrado e doutorado pela mesma Universidade. Possui experiência nos temas de teoria da história e história da historiografia com ênfase no século XIX, Capistrano de Abreu e História Global. Recentemente publicou textos como On the origins of the word 'Brazil': global circulation of erudite questions and styles of reasoning in the nineteenth century, na Global Intellectual History, Por onde deve começar-se a história do Brasil?: eurocentrismo, historiografia e o Antropoceno, na Topoi, além do livro Uma introdução à História da Historiografia Brasileira (1870-1970), publicado juntamente com Thiago Nicodemo e Mateus H. F. Pereira.

Alesson R. Rota
Graduado em História
pela Universidade
Federal do Rio Grande
alesson.rota@gmail.com

 <https://doi.org/10.4013/rlah.2022.1127.15>

Alesson R. Rota No livro Introdução à história da historiografia brasileira (1870-1970) é possível notar um conjunto de debates cujo fio condutor é a profissionalização do historiador. Esses debates passam por intelectuais clássicos da historiografia brasileira e por algumas articulações institucionais. É possível desenhar caminho semelhante para os demais países da América Latina e explicar a profissionalização do campo em uma perspectiva transnacional?

Pedro Afonso Cristovão dos Santos Creio que sim, mas sob a condição de que formulemos o problema em termos efetivamente transnacionais, isto é, encontrando os debates e ideias que atravessam as fronteiras no continente nesse período, as trocas e circulações. Caso contrário, corremos o risco de fazer “apenas” (entre muitas aspas) uma história comparada da profissionalização do historiador em diferentes contextos nacionais pela América Latina. Essa história comparada teria, certamente, grande valor em si, mas a perspectiva transnacional, creio, organiza-se sob outras bases. Num sentido transnacional, podemos ver a circulação de ideias e obras pelo continente; apontamos no livro, por exemplo, a recepção no IHGB à obra *Historia de la historiografia argentina* (1925), de Rómulo Carbia, resenhada pelo Max Fleiuss. Investigar mais a fundo como essas tentativas de articular uma história da historiografia em termos nacionais em países vizinhos indicam um momento semelhante de “autoconsciência” em relação à prática historiográfica pode revelar um fenômeno de fato transnacional naquele momento, um olhar dos historiadores para sua prática que envolvia considerar seus antecedentes. (Outro exemplo interessante é *La historia en Perú* [1910], de José de la Riva-Agüero, uma história da historiografia peruana.) Estariam, nas primeiras décadas do século XX, os historiadores latino-americanos tomando a própria prática como objeto de reflexão, e historicizando-a? Se sim, sob que conceitos? “Historiografia”, “história”, “escrita da história”, “estudos históricos”? Haveria uma preocupação compartilhada, nesse sentido, e uma busca semelhante por um conceito que definisse o que faz o historiador? Procuramos lidar com essas perguntas no livro, pensando no caso brasileiro, mas certamente são questionamentos que podem ser vistos sob uma perspectiva transnacional, tomando a América Latina como unidade (conceito que, no início do século XX, contava ainda poucas décadas).

Penso ser essa uma via fértil de questionamentos, que pode, certamente, ser expandida para pensar os caminhos da profissionalização da história no continente. Os diferentes contextos historiográficos nacionais na América Latina estiveram em circuitos de circulação de ideias comuns, como a disseminação do paradigma historicista (“metódico”, ou “rankeano”) ao longo do século XIX, bem como outras ideias que impactaram a escrita da história (como o

positivismo comteano, ou o evolucionismo spenceriano). Nesse sentido, produziram debates passíveis de serem postos em diálogo, em relação a questões de método e narrativa. Penso, por exemplo, nos debates em torno da biografia de Belgrano escrita por Bartolomeu Mitre, que suscita ricos debates metodológicos, em suas discussões com Dalmacio Vélez Sarsfield e, posteriormente, com Vicente Fidel López. Ou nas discussões sobre a História Geral de Varnhagen, por exemplo sobre o início da narrativa, se deveria se dar pelo lado europeu ou pelo lado americano (Thiago, Mateus e eu retomamos esse debate e o expandimos no artigo que recentemente publicamos na Topoi, agora em 2022). Ou seja, há uma história do método historiográfico na América Latina dispersa por esses debates. Os historiadores do continente lembram o que Dipesh Chakrabarty fala sobre os historiadores indianos do início do século XX, em *The Calling of History*: embora não tenham escrito tratados metodológicos ou obras teóricas, discutiram muito sobre metodologia e teoria em artigos, resenhas e, talvez principalmente, cartas entre si.

O comentário sobre Chakrabarty ainda leva um outro problema: se não deveríamos considerar a historiografia em perspectiva global, pensando no que temos disponível hoje de informações sobre como a historiografia se estabelece em contextos periféricos, a partir, sobretudo, das recepções e ressignificações do paradigma historicista em cada contexto. Coletâneas como a *Oxford History of Historical Writing*, ou *A global history of modern historiography*, nos colocam em contato com processos globais – embora ainda descritos, preferencialmente, sob a forma de capítulos divididos por contextos nacionais ou regionais.

Pois a profissionalização envolve também questões sociológicas e institucionais que, guardadas as diferenças de contexto, possuem caráter global ou transnacional. Envolve, entre os séculos XIX e XX (recorte do nosso livro), a profissionalização de uma “classe média” (um conceito problemático para o século XIX, pelo menos), e a transição do contexto das academias e institutos históricos (mais bem sucedidos em alguns contextos – como o IHGB no Brasil –, do que em outros) para as universidades (desenvolvidas de forma também muito desigual pela América Latina). Penso que não podemos dissociar as questões sociológicas das metodológicas. Por exemplo: por que um autor como Capistrano de Abreu (1853-1927) insistia tanto na necessidade de citações precisas das fontes, indicação de sua localização, e na edição e publicação de documentos históricos? Certamente havia uma questão de princípios metodológicos e éticos do historiador envolvida, mas havia também um fundo sociológico: Capistrano, por seu estrato social de origem, não tinha condições de possuir uma grande coleção particular de documentos históricos (como outros eruditos do século XIX), tampouco condições de circular pelo mundo conhecendo acervos públicos e particulares (o que ainda demandava

bons contatos), como podiam fazer os historiadores diplomatas, à la Varnhagen. Embora tenha criado uma rede notável de correspondentes, que o alimentava de cópias e livros, Capistrano dependia, em grande medida, da circulação e disponibilização pública dos documentos. Representava, assim, um tipo social de erudito diferente, mais próximo do que entenderíamos por classe média, diferente do erudito rico em recursos e contatos que escrevia a partir de coleções particulares (a sua e a de seus pares).

Assim, a história da profissionalização do historiador envolve questões como essas, que dizem respeito ao momento do capitalismo entre os séculos XIX e XX, à liberação de uma classe média para o trabalho intelectual, que aparece globalmente, mas com diferenças em cada contexto. Certamente seria possível pensar essas questões de forma transnacional para o contexto da América Latina.

Alesson R. Rota Uma das ferramentas utilizadas na pesquisa para calcular a frequência de determinados conceitos em determinados anos foi o Google Ngram. Isto possibilitou vislumbrar a inserção da produção de história no Brasil em uma dimensão internacional. É evidente que o digital traz consigo muitos outros problemas, como o desenvolvimento de ferramentas, políticas de preservação de dados, ao passo que possibilita a construção de novos tipos de acervos históricos e formas de consulta. Será as humanidades digitais o principal recurso para escrever a história em escala global?

Pedro Afonso Cristovão dos Santos Quando pensamos no quanto diferentes práticas que podemos associar a um termo “guarda-chuva” como Humanidades Digitais estão incorporadas já ao nosso cotidiano como pesquisadores, tais como a leitura de documentos digitalizados, o acesso a bases de dados, o recurso a bibliotecas virtuais, dentre outros, fica difícil imaginar um tipo de pesquisa hoje que possa prescindir dos recursos digitais. Mas sua pergunta leva, por certo, a outra ordem de questionamento: se a história em escala global depende de métodos das humanidades digitais, sobretudo métodos que permitam análises em larga escala. Métodos que envolvam, por exemplo, o manejo de grandes massas de documentos digitalizados, como o processamento de milhares (ou milhões) de páginas digitalizadas, cuja leitura e anotação por um ser humano levaria mais de uma vida inteira.

Penso que, por um lado a resposta é positiva, e por outro, é condicional. Como Sebastian Conrad afirmou, no excelente livro introdutório *O que é história global*, a emergência da abordagem global dependeu, em parte, da disseminação do acesso a fontes e pesquisas acadêmicas globais. Ou seja, graças ao fato de podermos ter contato, no Brasil, por exemplo,

com fontes globais, e o trabalho de pesquisadores do mundo todo, via internet e em formato digital, é que podemos enquadrar nossas pesquisas em uma escala global.

Por outro lado, do ponto de vista da escala da análise, que poderia indicar uma relação mais intrínseca com os métodos das Humanidades digitais, creio que depende do tipo de pesquisa. Como Conrad e outros autores afirmam a respeito da história global, não se trata de uma história necessariamente planetária, que abranja o globo todo. São pesquisas que enfatizam circulação, trocas, mediações, intercâmbios, mobilidade. Nesse sentido, podem ser restritas em escopo, demandando métodos que não necessariamente envolvam o recurso a análises de larga escala, só possíveis com ferramentas digitais. A própria ferramenta do Google Ngram, embora muito útil, na minha opinião, tem suas limitações, que já vêm sendo apontadas por alguns pesquisadores, inclusive em revistas como a Wired.

Assim, penso que vemos atualmente uma retomada dos debates em torno do uso da informática e de recursos que apontam para a análise de grandes massas documentais, semelhante ao ocorrido nos anos 1970 (não por acaso, um dos periódicos que mais tem publicado estudos no que poderíamos chamar de métodos das humanidades digitais em história é o *Historical Methods*, que nos anos 1970 foi um dos principais veículos para a cliometria, história quantitativa e pesquisas com uso de computadores, de modo geral). A história global faz parte desses debates, na minha opinião, embora não deva sua existência exclusivamente a eles (sua origem e história são muito mais antigas, como aponta Sanjay Subrahmanyam, e não se confunde com a história da globalização capitalista). De todo modo, a história global permite interessantes discussões sobre escalas e métodos de análise em história.

Creio que as humanidades digitais são certamente um recurso indispensável às pesquisas em escala global, justamente por facilitarem esse trânsito entre contextos, do estudo de caso para a conexão com processos mais amplos. Mas, retomando Conrad, penso que tudo depende do problema de pesquisa da historiadora ou do historiador: alguns problemas vão requerer análises em larga escala, outros vão focar em aspectos que ferramentas como o Google Ngram não podem nos fornecer. Por exemplo, as mediações entre processos globais e sujeitos locais.

As pesquisas em história global que demandarem relação mais próxima com os métodos das humanidades digitais trarão à tona, por fim, as questões relacionadas à formação dos historiadores para o trabalho com os recursos digitais. Pesquisadores como Bruno Leal, Anita Lucchesi, Pedro Silveira, e iniciativas como o Centro de Humanidades Digitais da UNICAMP, têm sido pioneiros, no Brasil, em pensar essas questões, concomitantemente a várias iniciativas pelo mundo. Iniciativas como o Programming Historian de certa forma reabrem o debate dos

anos 1960 e 1970 sobre o quanto historiadores devem aprender sobre o digital para se tornarem pesquisadores em humanidades digitais (devemos ou não nos tornarmos programadores?). Talvez a história global coloque em evidência de forma mais explícita essas questões, ao se valer das ferramentas digitais e propor amplas escalas de análise. Mas ainda acompanho Conrad: para uma análise em história global, uma escala planetária não é condição indispensável.

Alesson R. Rota Pertinente, passam-se os séculos e a escrita da história depende intrinsecamente do que elege como documento e como interroga, independente do suporte. Gostaria de aprofundar mais as reflexões sobre os documentos, pensando nas trocas, mediações, relacionamentos. As reflexões sobre história da historiografia brasileira parecem ter recuado em relação aos anos trinta onde se estudavam os “ensaístas” ou “interpretes do Brasil” e se tem visto produções de teses e dissertações que evidenciam outros personagens tão relevantes quanto, como o citado Capistrano de Abreu ou então Edgard Roquette-Pinto e Rocha Pombo, a quem é atribuído o primeiro livro publicado no Brasil sobre História da América. O exemplo que citou da resenha de Max Fleiuss sobre o livro História da Historiografia Argentina de Rômulo D. Carbia é também bastante emblemático e faz parte de uma série de outras interações, como o Congresso Internacional de História da América. São intelectuais que estabeleceram relacionamentos ou trocas com o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, uma instituição com correspondência com outras instituições internacionais de pesquisa desde as primeiras décadas de funcionamento. Além de livros e revistas intercambiados, alguns membros do IHGB participaram de congressos internacionais de pesquisa. Estamos presenciando uma virada interpretativa sobre o papel do IHGB para a formação da nossa profissão?

Pedro Afonso Cristovão dos Santos Uma resposta mais completa a essa pergunta envolveria um panorama dos estudos em história da historiografia sobre o IHGB nos últimos anos, o que não posso fornecer com muita precisão. Contudo, acho que há sim uma ampliação das temáticas em relação aos estudos pioneiros sobre a instituição, especialmente os importantíssimos trabalhos dos professores Manoel Salgado Guimarães e Lucia Maria Paschoal Guimarães. Se fosse resumir em linhas gerais os caminhos que partiram desses estudos, pensaria principalmente na relação entre historiografia e a questão nacional; na discussão sobre o que constituía o “ser historiador no século XIX” (parafraseando o título do livro recente do prof. Temístocles Cezar sobre Varnhagen), ou seja, estudos voltados a questões de método e epistemologia a partir dos debates no IHGB; e as relações entre história e política, tanto no

Império, como na República. Como são temáticas muito ricas, ainda permitem muitas contribuições interessantes, e os debates delas estão longe de estarem resolvidos. Por isso, acho que ainda há espaço para estudos voltados a essas questões, sem risco de redundâncias.

Por outro lado, penso que presenciamos alguns movimentos que talvez estejam “descentrando” o IHGB na nossa história da historiografia. Falamos antes sobre como a documentação disponível impacta os estudos. O IHGB, ao digitalizar sua revista, acabou impulsionando os estudos sobre si próprio, ao tornar fácil o acesso a ao menos uma fonte fundamental para a historiografia brasileira no século XIX. Creio que estudos que busquem fontes fora desse arquivo têm crescido, e têm potencial para crescer mais, sobretudo quando cada vez mais instituições se engajaram em projetos de digitalização de seus acervos e bibliotecas nos últimos anos (vide, por exemplo, as bibliotecas digitais Guia e José Mindlin, do IEB-USP, a Biblioteca Nacional Digital, a biblioteca digital do Senado Federal, dentre outras) – voltamos a pensar nas relações entre história da historiografia e Humanidades digitais. Assim, sem contar o acesso presencial, ficou mais fácil conhecer outras obras e autores do século XIX e início do XX, “destronando” um pouco a centralidade da Revista do IHGB como fonte primordial (embora sua importância seja indiscutível). Facilitou-se o acesso a autores fora da órbita do IHGB, ou “marginais” dentro dele. Os estudos de autores considerados “regionais” (como Joaquim Felício dos Santos ou Diogo de Vasconcelos, em Minas Gerais) também permitem uma revisão do papel do IHGB como uma espécie de centro regulador das possibilidades de escrita da história no Brasil.

Outro movimento interessante é o questionamento do “cânone” da historiografia brasileira (ligado a este ponto anterior da ampliação do corpus de autores e obras estudados). Assim, o IHGB passou a ser tema inclusive em função dos seus “silêncios” e ausências, como no excelente artigo de Maria da Glória de Oliveira na revista História da historiografia, “Os sons do silêncio”. Cada vez mais nos questionamos a respeito das autoras mulheres, recuperamos a historiografia negra (o que tem gerado inúmeros trabalhos interessantes ultimamente, como os de Marcello Felisberto Assunção, Ana Carolina Barbosa Pereira e da profa. Giovanna Xavier), e nos perguntamos sobre os mecanismos que transformam certo autor ou obra em “cânone”. Uma pergunta central para a qual os debates registrados na Revista do IHGB sempre serviram como fonte, sobre em que consiste a história como disciplina, e os discursos normativos a respeito desde o século XIX, também tem sido ressignificada, se pensarmos na ideia de uma “História (in)disciplinada”, como na coletânea organizada por Arthur Ávila, Fernando Nicolazzi e Rodrigo Turin, e no dossiê organizado por Lidianne Soares Rodrigues, María Inés Mudrovcic e Alexandre de Sá Avelar para a História da historiografia.

Sua questão ainda apontou para interações transnacionais, que têm sido, na minha visão, desenvolvidas de forma um pouco desigual. Em alguns autores reconhece-se a formação de redes transnacionais de interações (como Capistrano de Abreu e seus contatos com linguistas e etnógrafos alemães, estudada por Beatriz Protti Christino), em outros, tal possibilidade ainda é pouco explorada, talvez. O próprio exemplo do IHGB, mencionado na pergunta, talvez ainda suscite mais estudos empíricos (temos, por exemplo, o estudo pioneiro de Luca Paschoal Guimarães e Birgitte Holten, sobre as relações do instituto com a Real Sociedade dos Antiquários do Norte, ou, mais recentemente, o estudo de José Lúcio Nascimento Júnior sobre o primeiro Congresso Internacional de História da América). Mas certamente ainda há espaço para mais.

Em suma, acho que há indícios de uma revisão sobre o IHGB na história da historiografia brasileira. Novos questionamentos, novas fontes e novos atores apontam para outros espaços e experiências de prática da história. Novos olhares, como o transnacional e a busca por redes, mantém o IHGB como locus importante, porém em uma nova geografia da historiografia. Dito isto, para mim segue indiscutível a importância do instituto em muitos aspectos, e seu arquivo segue sendo uma fonte extraordinária para a história da historiografia (pela longevidade e estabilidade do instituto, talvez poucas instituições no mundo tenham arquivo semelhante). Por isso, talvez seja interessante pensar na sugestão feita pela pergunta, de que estaríamos diante de uma “virada interpretativa” em relação ao lugar do IHGB na história da historiografia brasileira. Ou seja, seguimos explorando seu arquivo e seu papel nessa história, mas com novos olhares.

Alesson R. Rota Penso que as respostas do professor mapearam vários caminhos possíveis para pensar e escrever a história da disciplinarização na América Latina, sobre documentos, historiografia e abordagens. Gostaria de fazer mais algum complemento, uma pergunta que não fiz e pensa ser relevante?

Pedro Afonso Cristovão dos Santos Acho que não tenho nada a acrescentar na entrevista. As perguntas foram bem interessantes, permitiram abranger várias questões.



RLAH
Janeiro/Julho de 2022